

# O direito que é negado às mulheres

“No Brasil dos direitos humanos, da Lei Maria da Penha, ainda é difícil ser mulher. E os dados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança comprovam, desde a primeira edição do relatório ‘Elas vivem’, que mulheres continuam sendo subjugadas e vitimizadas por uma força que não aceita sua liberdade de ser e viver. (...) Quem tem direito à vida? A resposta para essa pergunta parece simples, mas, na realidade brasileira, muitas mulheres têm esse direito fundamental negado?” Esse é um trecho do texto de abertura do estudo “Elas vivem: liberdade de ser e viver”, em sua quarta edição, publicado pela Rede de Observatórios de Segurança.

Essa mesma força citada pela Rede, impede, até hoje, a revelação de quem foi comandante do assassinato de Marielle Franco, passados seis anos do crime.

O informativo mostra que 3.181 mulheres foram vítimas de violência de gênero em 2023, em oito dos nove estados monitorados pela Rede: Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Houve aumento de 22,04% dos eventos em relação a 2022, quando o Pará não fazia parte do monitoramento. Portanto, por dia, pelo menos oito mulheres foram vítimas de violência.

Em um recorte dos estados nordestinos, o Piauí registrou aumento de 80% nas violências de gênero; a Bahia tem o maior número de homicídios de mulheres; Pernambuco lidera o número de feminicídios; o Ceará está em primeiro

lugar em transfeminicídios (7); e o Maranhão tem mais crimes de agressão sexual/estupro (40 ocorrências).

No documento verifica-se que o Ceará registrou, 42 feminicídios em 2023, o maior número, considerando-se os últimos seis anos, aumento de 50%. O relatório anota que existe subnotificação no Ceará de crimes de feminicídios e transfeminicídio, sendo o estado do Nordeste com mais casos de vitimização de transexuais e travestis.

Em todo o País, estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que pelo menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio desde a promulgação da lei que tipificou o crime, em março de 2015. No ano passado, aconteceram 1.463 crimes de feminicídio, maior número já registrado desde o início da validade da lei. Todos os levantamentos mostram

que a grande maioria dos autores das agressões ou ataques fatais são parceiros, ou ex-parceiros das vítimas.

“Existem duas experiências capazes de entrelaçar todas as mulheres do mundo: a maternidade e a violência. Seja no Alasca ou no Brasil, na Índia ou na Namíbia. (...) Ricas, negras, amarelas, pobres, brancas, indígenas, com ou sem deficiência, cis ou trans. (...) Alguma vivência será a interseção que une todas essas mulheres. A maternidade não precisa ser para todas. A violência é. Todas nós fomos ou seremos violentadas?”

Essas palavras, escritas pela jornalista Isabela Reis no relatório “Elas vivem”, mostram que a superação desse problema exigirá ainda uma longa luta, que não é só das mulheres.

Que o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, seja um alerta nesse sentido. ■

## OPOVO

FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928  
POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTE INSTITUCIONAL & PUBLISHER  
Luciana Dummer

PRESIDENTE-EXECUTIVO  
João Dummer Neto

DIRETORES-EXECUTIVOS DE JORNALISMO  
Ana Nadad  
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO DAS RÁDIOS  
Jocélio Leal

DIRETOR DE NEGÓCIOS E MARKETING  
Alexandre Medina Néri

DIRETORA DE GENTE E GESTÃO  
Cecília Eurides

DIRETOR CORPORATIVO  
Cliff Villar

DIRETOR DE OPINIÃO  
Gualter George

EDITORIALISTA-CHEFE  
Plínio Bortolotti

CONSELHO EDITORIAL

Adísia Sá; Diataby Bezerra de Menezes;  
Fausto Nilo; Francisco José de Lima Matos;  
Lino Vilaventa; Manfredo Oliveira;  
Pedro Henrique Saratva Leão;  
Plínio Bortolotti; Raimundo Padilha;  
Roberto Macedo; Valdemar Menezes;  
Wânia Cysne Dummer

DIRETORIA DE JORNALISMO

DIRETORES-EXECUTIVOS  
Ana Nadad  
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO DAS RÁDIOS  
Jocélio Leal

EDITORES-CHEFES

André Bloc, Beatriz Cavalcante, Chico Marinho,  
Cristiane Frota, Érico Firmo, Fátima Sudário,  
Fernando Graziani, Gil Dicelli, Regina Ribeiro,  
Renato Abê, Tânia Alves e Thadeu Braga

EDITORES-ADJUNTOS  
Amanda Araújo, Carol Kossling, Demetri Túlio,  
Irna Cavalcante, Ítalo Coriolano,  
João Marcelo Sena, Júlio Caesar,  
Lucas Motta, Marcela Tosti, Marcos Sampaio e  
Rubens Rodrigues

EDITORA DE MÍDIAS SOCIAIS  
Glenna Cherice

REDATORA DE CAPA E FAROL  
Domitila Andrade

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO  
Daniela Nogueira

OMBUDSMAN  
Joelma Leal

EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A.  
Av. Agranhamb, 282 - Joaquim Távora  
CEP 60055-402 - Fortaleza - CE - PABX: 3254 1010  
CNPJ: 07.222.565/0001-62  
www.opovo.com.br

## GALERIA DE PRESIDENTES



ATENDIMENTO  
AO LEITOR E ASSINANTE  
3254 1010  
mercadoassinante@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado e Agência France Press

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:  
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNALIS LTDA - Aeroporto  
Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek;  
Setor de Locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04;  
CEP: 71408-900 - Brasília/DF;  
Telefone: (0XX61) 364 9900, Fax: (0XX61) 364 9901

## ARTIGOS

### A violência no futebol e o caso Fortaleza



**Leandro Vasques**

leandrovasques  
@leandrovasques.com.br

Advogado criminal, mestre em Direito pela UFPE e diretor jurídico da Federação Cearense de Futebol

O brutal e covarde atentado à delegação do Fortaleza, em Recife, há alguns dias, certamente segue aterrorizando atletas e membros da comissão técnica, os quais ainda se recuperam física e psicologicamente. Do ponto de vista criminal, o ataque caracteriza uma multiplicidade de homicídios tentados, no mínimo na forma de dolo eventual, pois não se mostra crível que alguém lançando bombas de fragmentação caseiras e pedregulhos com tal agressividade não assumisse o risco de ceifar

a vida de quem estava naquele ônibus ou não se importasse com o resultado morte.

Trata-se de um triste exemplo da relação aparentemente indissociável entre futebol e violência no Brasil, com a qual boa parte das

instituições que lidam com o esporte e a segurança pública parece estar conformada, tendo em vista as tímidas reações.

Em 1985, na final da Taça dos Campeões da UEFA, ocorreu a chamada “Tragédia de Hysel”, em que um confronto entre torcedores do time inglês Liverpool e do clube italiano Juventus matou 39 pessoas e deixou mais de 600 feridos. O episódio foi um divisor de águas: mudanças estruturais foram realizadas em estádios no mundo todo, aperfeiçoaram-se os procedimentos legais de repressão aos “hooligans” e os times ingleses ficaram proibidos de participar de competições internacionais durante cinco anos (o Liverpool, por seis).

Por aqui as medidas precisam ser igualmente energéticas. Nesse sentido, providencial o pleito da Federação Cearense de Futebol dirigido ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, que requereu a suspensão, por

parte da Confederação Brasileira de Futebol, de toda e qualquer partida das competições organizadas pela CBF, nos estádios de Pernambuco, independentemente da agremiação mandante, até que seja efetivamente comprovada a capacidade de garantia de segurança pelos órgãos de controle daquele Estado.

É essencial, enfim, uma abordagem multifacetada ao problema, que considere inclusive a perspectiva simbólica do linguajar futebolístico. Palavras como “carrasco”, “mata-mata” – e até mesmo a designação de “arenas”, no lugar de “estádios” – podem ter um impacto significativo na atmosfera belicosa que permeia o esporte, razão pela qual uma linguagem mais respeitosa certamente contribuiria para um ambiente mais seguro, de modo que essa paixão nacional seja um vetor de união e alegria, e não de segregação e desumanidade. ■

### Conquistas das mulheres na advocacia



**Christiane Leitão**

christianeleitao@hotmail.com

Vice-presidente da OAB-CE

No Dia Internacional da Mulher celebramos as conquistas históricas das mulheres, mas também renovamos nosso compromisso com a luta contínua por igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade. Este dia representa uma oportunidade para reconhecermos as realizações femininas, mas também para refletirmos sobre os desafios que ainda enfrentamos e as medidas que precisamos tomar para alcançar uma verdadeira igualdade.

No cenário da advocacia, o papel das mulheres se destaca, aportando uma contribuição fundamental com sua expertise, liderança e comprometimento. Hoje maior entre os mais de um milhão e trezentos mil

profissionais que integram os quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, é negável o crescimento e a importância da presença feminina na profissão, determinantes para a realização da justiça e do ideal democrático.

A OAB-CE, por meio da Comissão da Mulher Advogada, trabalha pela valorização e igualdade de gênero na advocacia. Com atuação em todo o estado, nas questões estritamente profissionais e no engajamento ativo no combate à violência contra a mulher, liderando campanhas educativas em parceria com outras instituições comprometidas com essa causa tão relevante.

Além disso, força é reconhecer que a defesa das prerrogativas da mulher advogada vai além de um compromisso ético: a missão envolve a construção de uma rede de apoio e proteção para todas. Na Ordem Cearense

a valorização do gênero é pauta prioritária, refletida na busca pela paridade em eventos e cursos, entre outras iniciativas.

Recentemente foi criada a Escola de Prerrogativas, com o objetivo específico de oferecer formação sobre os direitos de advogadas e advogados, destacando-se o empenho da OAB-CE em fortalecer e capacitar ainda mais a advocacia feminina.

Reafirmamos nosso compromisso em promover a igualdade de gênero e em trabalhar incansavelmente para superar os desafios que ainda enfrentamos. Devemos continuar a avançar juntas, construindo uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todas as mulheres. Somente assim poderemos verdadeiramente alcançar nosso pleno potencial e criar um mundo melhor para as gerações futuras. ■

### Como tornar o país mais justo para nós mulheres



**Augusta Brito**

sen.augustabrito@senado.leg.br

Senadora pelo PT-CE

Mais educação traz justiça para mulheres. A Assembleia Geral da ONU estabeleceu, em 2015, os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar que as pessoas tenham paz e prosperidade são algumas das metas.

Igualdade de gênero e educação de qualidade para todos tornou-se uma dimensão do desenvolvimento. O ODS 4 propõe educação inclusiva, equitativa e de qualidade, enquanto o ODS 5 tem como meta “acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas”.

Durante séculos, nós mulheres, não tivemos acesso à educação no Brasil. Só

conquistamos o direito de estudar além do ensino fundamental em 1.827 e de frequentar uma faculdade em 1.879.

Catarina Paraguassu, indígena tupinambá, teria sido a primeira mulher brasileira a aprender a ler e escrever. Em 1561, em carta ao padre Manoel de Nóbrega, ela pedia que crianças indígenas, em sua maioria escravas, fossem tratadas com dignidade. O pioneirismo de Paraguassu de pouco serviu para as mulheres que a sucederam e que só agora começam a ter maior acesso à educação e a possibilidades de construir um futuro melhor.

O MEC, por meio do ministro Camilo Santana, criou o Programa Mulheres Mil, para elevar a escolaridade e promover a inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade. Já

socioeconômica mediante cursos de qualificação profissional.

No Senado, apresentei o PL 3748/2023, que obriga o Estado a garantir condições de acesso e permanência na escola a jovens pais e mães. É preciso assegurar a oferta de creches e espaços adequados para bebês e crianças no ambiente escolar. Universidades terão que acolher filhos de mães e pais estudantes.

Estudo da Fundação Abrinq mostrou que quase 30% das jovens que se tornaram mães com menos de 19 anos de idade não concluíram o ensino fundamental. Com menos de 7 anos de estudos, elas têm menor acesso a oportunidades de emprego e é aí que entra o Programa Mulheres Mil, que constrói para elas uma nova trajetória econômica e social. ■